
RELATÓRIO CRACOLÂNDIA

Como surgiu a Cracolândia?

Segundo matéria da BBC News¹, o bairro de Campos Elíseos, onde atualmente está localizada a Cracolândia, nasceu como uma região nobre. Contudo, em 1961, ao ser inaugurada a rodoviária da Luz, o local se tornou o principal ponto de chegada de São Paulo, recebendo pessoas de todas as regiões do país, o que atraiu o comércio popular e, conseqüentemente trabalhadores, trouxe poluição com a elevada circulação de veículos, além da instalação de pensões de curta duração.

Aos poucos, segundo a matéria, “as famílias mais ricas começaram a se mudar para as avenidas Paulista e Faria Lima, além dos bairros de Moema, Jardim Europa, Jardim Paulista e Higienópolis”.

Em 1982, ainda segundo a matéria, “quando o então prefeito Paulo Maluf inaugurou a rodoviária do Tietê, a maior da América Latina e a segunda maior do mundo, logo em seguida foi desativado o terminal da Luz, causando um efeito dominó na região. Da noite para o dia, ocorreu um esvaziamento repentino dos hotéis e comércios, a área abandonada foi ocupada rapidamente por pessoas em situação de rua”.

A BBC explica que “a possibilidade de se hospedar por um preço baixo, ser um ponto de prostituição e ainda a grande oferta de drogas em uma área abandonada atraiu traficantes e usuários de diversas regiões, até mesmo de outros Estados”, de modo que veio a surgir o território de uso aberto de drogas, conhecido hoje como Cracolândia, que já tem aproximadamente 30 anos de existência no centro da capital paulista.

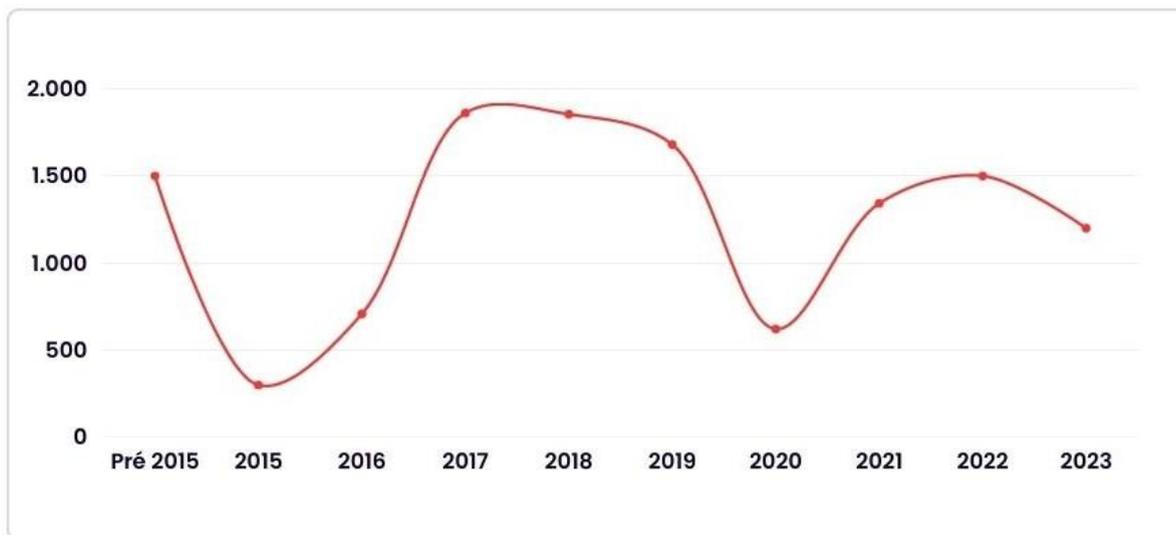
Assim, desde os anos 1980, de acordo com Raquel Rolnik para a BBC, o governo não reconhece a existência de um bairro popular na região e tenta atrair de volta a classe média. Essas tentativas são feitas sem levar em conta as necessidades de quem vive ali, em precariedade.

É importante ressaltar que existem outras cenas de uso aberto de drogas em São Paulo. Contudo, devido às proporções da Cracolândia, bem como pelo interesse econômico na área e a falta de olhar do Poder Público para as periferias, a cena de uso aberto no Centro de São Paulo ganha mais holofote e gera mais incômodo.

¹ BBC. “Como nasceu a Cracolândia, bairro dos barões do café que virou problema 'sem solução' de São Paulo”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxdgnwrrer4o>. Acesso em: 21/08/2023.

Número de pessoas na Cracolândia

Contingente populacional da Cracolândia ao longo dos anos



● Número de pessoas

Fonte dos dados: Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Labcidade (FAU-USP) e Lecuca (UNIFESP).

De acordo com pesquisas do Poder Público e de Universidades, o contingente populacional máximo da Cracolândia para cada ano de 2015-2016 foram os seguintes:

- Pré 2015:** 1.500 pessoas²;
- 2015:** 300 pessoas³;
- 2016:** 709 pessoas⁴;
- 2017:** 1.861 pessoas⁵
- 2018:** 1854 pessoas⁶.

² UOL. "Prefeitura de SP vê redução em 80% nos usuários da Cracolândia". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/01/20/prefeitura-de-sp-ve-reducao-em-80-nos-usuarios-da-cracolandia.htm>. Acesso em: 20/08/2023

³ UOL. "Prefeitura de SP vê redução em 80% nos usuários da Cracolândia". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/01/20/prefeitura-de-sp-ve-reducao-em-80-nos-usuarios-da-cracolandia.htm>. Acesso em: 20/08/2023.

⁴ SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. "Estudo sobre o Perfil dos Frequentadores da Cracolândia". Disponível em: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1845.pdf. Acesso em: 21/08/2023.

⁵ SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. "Estudo sobre o Perfil dos Frequentadores da Cracolândia". Disponível em: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1845.pdf. Acesso em: 21/08/2023.

⁶ R7. "Cracolândia vê movimento crescer 21% após dois anos de queda". Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/cracolandia-ve-movimento-crescer-21-apos-dois-anos-de-queda-29062022>. Acesso em 21/08/2023.

- f) **2019:** 1.680 pessoas⁷;
- g) **2020:** 622 pessoas⁸
- h) **2021:** 1.343 pessoas⁹;
- i) **2022:** 1.000 a 2.000 pessoas¹⁰;
- j) **2023:** 1.200 pessoas¹¹

Assim, podemos concluir que houve diminuição da população no território da Cracolândia durante o Governo Haddad (2013-2016), redução esta que é atribuída ao programa De Braços Abertos, que teve início em 2014 e término em 2016.

Também é possível afirmar que, nos Governos Doria/Covas/Nunes, a quantidade de pessoas na Cracolândia manteve-se elevada, variando entre 1.000 e 2.000 pessoas.

Isso se desconsiderarmos o ano de 2020, no qual o contingente populacional mais baixo pode ser atribuído às seguintes hipóteses:

- a) Como o dado da Prefeitura foi o único encontrado sobre o ano de 2020, foi o usado neste relatório. Contudo, o dado em questão foi obtido de uma estimativa da Prefeitura sobre a população da Cracolândia referente aos anos 2018, 2019, 2020 e 2021¹², sendo que os resultados da pesquisa se mostraram bem abaixo do que o apontado pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo e pela UNIFESP sobre os anos de 2019 e 2021. Veja-se: a Prefeitura apontou que no ano de 2019 e 2021 eram, respectivamente, de 772 pessoas e de 713 pessoas o contingente populacional da Cracolândia. O Governo do Estado e a UNIFESP, por outro lado, estimaram 1.680 pessoas em 2019 e 1.343 pessoas em 2021, respectivamente. Portanto, o número de pessoas em 2020 pode estar minimizado, assim como os de 2019 e 2021 comparados a outras pesquisas.
- b) Em 2020, ocorreram diversas ações policiais e conflitos na Cracolândia (em janeiro, março, abril, julho, outubro e dezembro), o que pode explicar a redução do contingente populacional, visto que os confrontos tendem a afastar e espalhar os usuários pelo território, dificultando a contagem.

⁷ LECUCA. “Perfil dos frequentadores da Cena de Uso da Região da Luz - Cracolândia” Disponível em: <https://revistadependenciaquimica.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-LECUCA-SP-Final.pdf>. Acesso em: 21/08/2023.

⁸ PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Estimativa de Público da Região da Luz”. Disponível em: <https://www.r7.com/r7/media/pdf/HISTORICO.pdf>. Acesso em 21/08/2023.

⁹ LECUCA. “Perfil dos frequentadores da Cena de Uso da Região da Luz - Cracolândia” Disponível em: <https://revistadependenciaquimica.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-LECUCA-SP-Final.pdf>. Acesso em: 21/08/2023.

¹⁰ LABCIDADE. “A Cracolândia não diminuiu, só se espalhou”. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-violentas-do-poder-publico-multiplicam-cracolandias-pelo-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 20/08/2023.

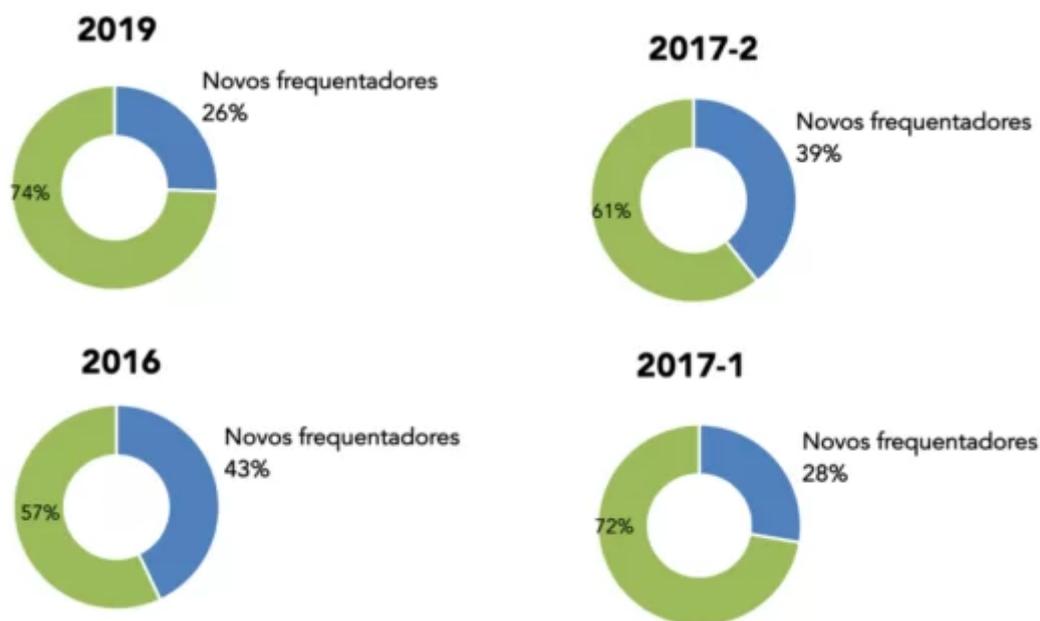
¹¹ G1. “Média diária de usuários na Cracolândia, no Centro de SP, cresce 27% de janeiro a julho de 2023, aponta levantamento”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/17/media-diaria-de-usuarios-na-cracolandia-no-centro-de-sp-cresce-27percent-de-ja-neiro-a-julho-de-2023-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 20/03/2023.

¹² PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Estimativa de Público da Região da Luz”. Disponível em: <https://www.r7.com/r7/media/pdf/HISTORICO.pdf>. Acesso em 21/08/2023.

- c) A epidemia global ocasionada pela Covid-19 teve início no começo de 2020, de modo que as políticas de isolamento social podem ter prejudicado as ações na área, como os trabalhos de mapeamento do contingente populacional.

Ainda, cabe pontuar a existência do fenômeno conhecido como “influxo”, que nada mais é que a taxa de novos usuários da Cracolândia a cada ano.

A Unidade de Pesquisa em álcool e Drogas (UNIAD) apontou que o influxo diminuiu de 2016 até 2019¹³,



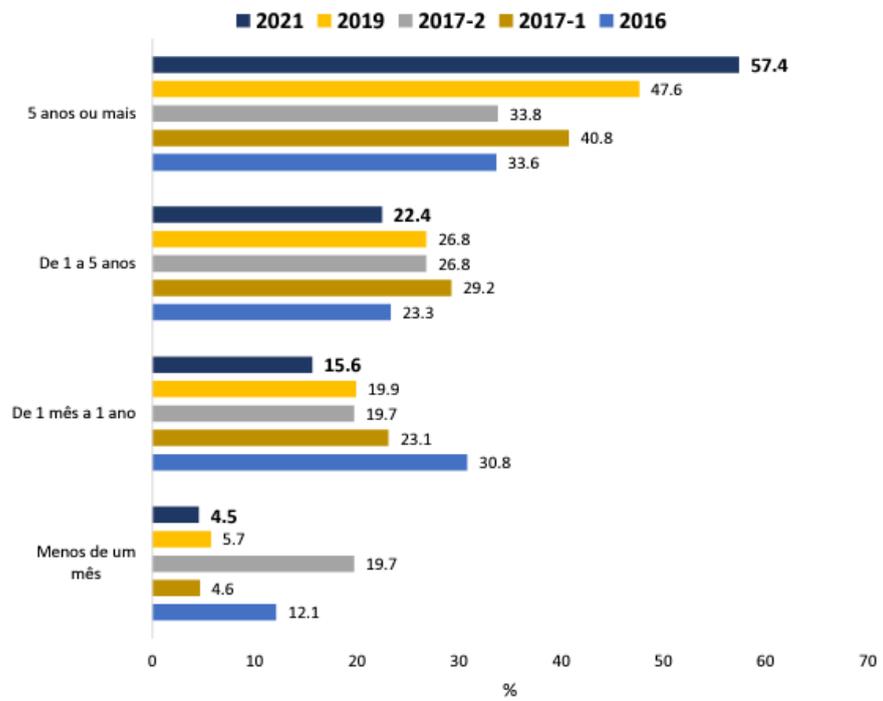
Não foram encontrados dados ou análises que expliquem o porquê da redução do influxo. Contudo, o Governo Estadual chegou a utilizar tal dado em seu relatório de 2019¹⁴, para apontar que: “se considerarmos somente os frequentadores fixos, ou seja, os que estavam lá, na sua maioria, há mais de 5 anos, a diminuição desta população chegou a 84%”.

Isso porque, a pesquisa do Lecuca (Levantamento de Cenas de Uso da Capital), da UNIFESP, apontou que a maior parte dos usuários da Cracolândia atualmente estão lá há 5 anos ou mais. Veja-se:

¹³ UNIAD. “Estudo traça perfil de usuários e estima que cracolândia movimentada, R\$10 milhões por mês”. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/noticias/levantamentos-e-pesquisas/estudo-traca-perfil-de-usuarios-e-estima-que-cracolandia-movimentada-r10-milhoes-por-mes/>. Acesso em 18/08.2023.

¹⁴ SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Estudo sobre o Perfil dos Frequentadores da Cracolândia”. Disponível em: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1845.pdf. Acesso em: 21/08/2023.

Tempo que frequenta a Cracolândia



O contraponto a ser feito em relação à vangloriação do Governo do Estado sobre este dado é que: apesar do influxo ter diminuído, muitos usuários antigos permanecem no território, demonstrando que não está sendo realizada de forma suficiente a tentativa de recuperação dessas pessoas, e que o Poder Público desistiu de reabilitá-las.

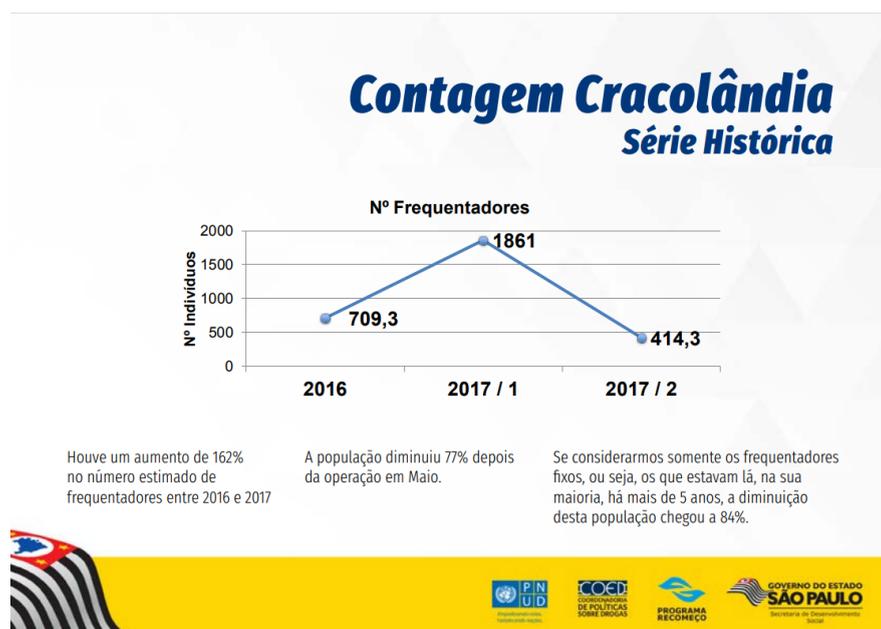
Por fim, no que tange ao contingente populacional da Cracolândia, importante ressaltar que, de acordo com o exposto até aqui, **são mentirosas as declarações do atual Prefeito, Ricardo Nunes, de que a população daquele território era de 4.000 pessoas em 2016**, conforme matéria jornalística abaixo¹⁵:

¹⁵ R7. “Precisamos continuar operações na Cracolândia”, diz Ricardo Nunes”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/videos/precisamos-continuar-operacoes-na-cracolandia-diz-ricardo-nunes-01012023>. Acesso em: 21/08/2023



Em 2016, de acordo com o chefe do executivo municipal, eram 4.000 usuários de droga no local, mas a gestão atual conseguiu reduzir número para cerca de mil. A entrevista foi dada à repórter Fabiola Perez, do R7, na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) neste domingo (1º)

Isso porque, conforme exposto, a própria Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo publicou estudo em 2019 que apontou ser de 709 pessoas o contingente populacional da Cracolândia em 2016¹⁶. Veja-se:



¹⁶ SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Estudo sobre o Perfil dos Frequentadores da Cracolândia”. Disponível em: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1845.pdf. Acesso em: 21/08/2023.

Programa De Braços Abertos

O Programa de Braços Abertos foi implementado em 2014 pela gestão de Fernando Haddad à frente da Prefeitura de São Paulo, tendo atendido só no primeiro ano 453 beneficiários¹⁷ e sido considerado o programa mais inovador apresentado para a região até hoje.

A porta de entrada do Programa era através da “Tenda do DBA”, localizada no encontro das ruas Helvetia e Cleveland.

De acordo com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)¹⁸, os pontos que se destacaram no Programa de Braços Abertos foi o fato de, sem exigir obrigatoriamente abstinência por parte dos beneficiários, **inserir políticas de moradia, trabalho, renda e alimentação**, quais sejam:

a) **Moradia:** adoção da estratégia denominada *housing first*, ou “hospedagem primeiro”, em tradução livre, que é uma abordagem para reinserção social como primeira etapa, antes mesmo de tratamentos psicológicos. Com isso, foi realizado um acordo com algumas lideranças locais para que houvesse a demolição de barracos que se encontravam nas ruas em troca do cadastramento de quartos em hotéis e dos demais benefícios elencados a seguir;

b) **Trabalho e renda:** eram oferecidas atividades de capacitação e trabalhos de zeladoria com remuneração de R\$15 por dia;

c) **Alimentação:** eram oferecidas três refeições diárias aos usuários em restaurante popular no centro da cidade;

d) **Redução de danos:** os usuários entravam no programa sem a necessidade de abstinência da droga. Uma vez no programa, eram acompanhados por um trio de técnicos da saúde, assistência social e trabalho acompanhavam diariamente 20 beneficiários e registravam as informações em um cadastro único, gerando relatórios mensais de desempenho do Programa¹⁹.

¹⁷ PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Programa ‘De Braços Abertos’ completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região” <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-de-bracos-abertos-completa-um-ano-com#:~:text=O%20programa%20tem%20hoje%20453.al%C3%A9m%20de%20599%20atendimentos%20odontol%C3%B3gicos>. Acesso em: 20/08/2023.

¹⁸ RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. “Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’”. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Braços-Abertos-1-2.pdf>. Acesso em: 18/08/2023.

¹⁹ TEIXEIRA, Mirna Barros; LACERDA, Alda Lacerda; e RIBEIRO, José Mendes. “Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa ‘De Braços Abertos’ de São Paulo, Brasil”



Imagens das ações do De Braços Abertos

Deve se ressaltar que o programa também contava com participação da segurança pública, em especial da Guarda Civil Metropolitana, tendo sido realizados treinamentos dessas equipes para atuarem em outra perspectiva, por exemplo, na mediação de conflitos

Os beneficiários, ao deixarem as ruas e conseguirem trabalho e moradia, **se aproximaram da rede de serviços de assistência social e saúde** e, conseqüentemente, dos profissionais que atuavam nos serviços públicos.

Também houve a reaproximação dos usuários com os familiares, com **52,27% dos beneficiários do programa recuperando algum contato familiar**²⁰.

²⁰ PREFEITURA DE SÃO PAULO. "Programa "De Braços Abertos" completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região". Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>. Acesso em: 20/08/2023.

Em relação à segurança pública, a Polícia Militar registrou **diminuição de 80% nos roubos de veículo e de 33% no furto** a pessoas em relação ao ano anterior, antes da implantação do programa, e efetuou número 83% maior de prisões por tráfico de entorpecentes²¹.

Foi observada grande adesão dos beneficiários ao programa de trabalho. Dentre os beneficiários, **76% participaram da frente de trabalho**, em caráter voluntário.



participação dos beneficiários na frente de trabalho do DBA

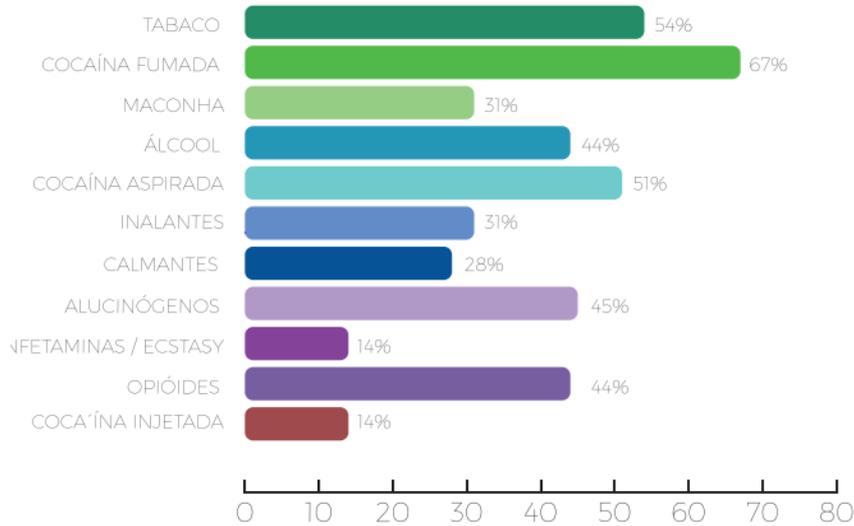
Fonte: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)



Imagens de beneficiários do DBA no trabalho de zeladoria

E **mais de 65% dos beneficiários afirmaram ter reduzido o consumo de crack** depois de ingressar no DBA e **mais de 50% disseram ter reduzido o consumo de tabaco e cocaína aspirada**.

²¹ PREFEITURA DE SÃO PAULO. "Programa "De Braços Abertos" completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região". Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>. Acesso em: 20/08/2023.

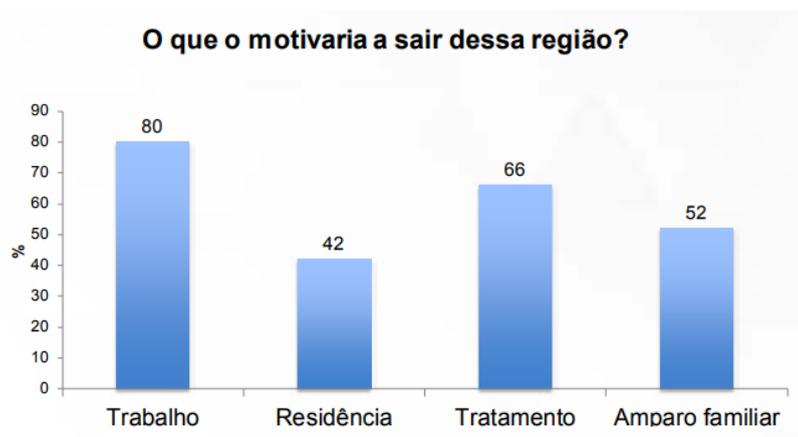


percentual de beneficiários que reduziu o consumo de drogas depois de ingressar no DBA

Fonte: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)

Por que o De Braços Abertos obteve êxitos?

Segundo pesquisa produzida pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo em 2019, são quatro os principais fatores que levam os usuários a sair da Cracolândia – trabalho (80%), residência (42%), tratamento contra a dependência (66%)²² e amparo familiar (52%), o que explica parte do êxito do programa, visto que proporcionou trabalho, residência e tratamento, o DBA criou terreno propício, ainda, para a retomada do contato familiar. Todos esses fatores, conforme pesquisa, favorecem a saída do indivíduo da Cracolândia.



Fonte dos dados: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

²² UNIAD. “Estudo traça perfil de usuários e estima que cracolândia movimentará, R\$10 milhões por mês”. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/noticias/levantamentos-e-pesquisas/estudo-traca-perfil-de-usuarios-e-estima-que-cracolandia-movimentara-r10-milhoes-por-mes/>. Acesso em 18/08.2023.

Assim, ao envolver toda a gestão nas áreas da Saúde e Assistência Social, trabalhando a partir da lógica da redução de danos e proporcionando o acolhimentos dos usuários de drogas da região da Cracolândia, o De Braços Abertos encerrou um longo período na capital paulista em que usuário de drogas era tratado apenas como questão de segurança pública.

Além disso, o Programa De Braços Abertos foi inspirado em experiências internacionais anteriores, por exemplo, em Portugal (Lisboa), Alemanha (Frankfurt) e Canadá (Vancouver), de modo que foram adotadas políticas públicas já consideradas exitosas.

Entre elas, o abandono de políticas de repressão policial contra os usuários e de tratamentos focados apenas na abstinência, e a adoção de políticas de redução de danos, tratamento, moradia, trabalho e prevenção²³, como as seguintes:

- a) **Portugal:** aumento da oferta de abrigos e centros de recuperação;
- b) **Alemanha:** instalação de um grande abrigo, um ambulatório e um café para acolher os usuários na região das cenas de uso aberto;
- c) **Canadá:** criação do Programa “Hospedagem Primeiro”, com o qual foi possibilitado o uso de unidades habitacionais sem que houvesse a exigência de abstinência do uso de substâncias psicoativas.

Transição de Gestões



Intervenção artística pelos moradores e técnicos do Hotel Ribeiro I

²³ Documento técnico da Consultoria Técnica-Legislativa da Câmara Municipal de São Paulo acerca do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania sobre a região conhecida como Cracolândia. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b1xlxvm-f1i90B8afq94Sd71rojuODSa/view?usp=drive_link.

Foto de: Elizângela de Freitas Silva²⁴

Em 2017, João Dória assumiu a Prefeitura de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e, no primeiro ano de gestão, prometeu que a Cracolândia acabaria muito antes do fim de seu mandato.

Contudo, isto não aconteceu, e o que vimos foi o desmonte do De Braços Abertos para que o Programa Redenção tomasse seu lugar.

Segundo relatório produzido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE)²⁵, “é importante considerar que a transição entre os programas municipais implicou um processo que gerou muita insegurança entre aqueles que viviam nas ruas, nos hotéis e pensões da região que serviam de moradia para os beneficiários do programa “De Braços Abertos” (DBA) e mesmo entre os funcionários dos serviços públicos da região”.

Ainda segundo o referido relatório “de fato, as incertezas tinham fundamento. **Muitos beneficiários moradores de hotéis do DBA foram encaminhados para serviços de acolhimento e, em pouco tempo, já estavam de volta às ruas. Houve também uma mudança do corpo de funcionários no local**”.

A DPE colheu depoimentos de funcionários, sendo o seguinte trecho a declaração de um deles em 2021: “não sei o número exato de orientadores socioeducativos no território, mas **sabe que é muito menor do que já foi antes, na época do DBA**. É notável, toda hora que a gente vai no território não tem uma galera, nem um quinteto pra andar junto no fluxo. Se não tem contingente não vai entrar sozinho no fluxo, então esse vínculo vai ficando cada vez pior, tá muito difícil trabalhar na assistência”.

Portanto, os relatos produziram o seguinte diagnóstico, segundo a DPE: “**a transição entre programas teve efeitos nos vínculos existentes entre os profissionais, os usuários e o território**. Sem se conhecerem reciprocamente, os funcionários tinham dificuldade de pensar ações de cuidado compartilhadas; tendo um vínculo incipiente com os usuários ficava difícil adentrar o fluxo; isolados, e com o comando da Guarda reestruturado, a relação entre policiais e o fluxo passou a ser mais violenta”.

Ainda, a DPE constatou que **o desmonte dos vínculos existentes no território o tornou mais impenetrável e sujeito à maior violência das forças policiais**. Solo fértil para o início da Operação Caronte, que será abordada à frente.

²⁴ SILVA, Elizângela de Freitas. Do “De Braços Aberto” ao “Redenção”: um caminho percorrido e uma história a contar. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62582>. Acesso em: 21/08/2023.

²⁵ DPE. “Operação Cachimbo: Relatório das detenções em massa realizadas na Cracolândia” Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/b559c1be-dbc2-fa0b-0da5-b2392762725a>. Acesso em: 20/08/2023

Programa Redenção

Segunda SILVA²⁶, após o pronunciamento de João Dória sobre o fim do Programa “De Braços Abertos”, a Tenda foi desativada, deixou de ser fornecida alimentação, alguns hotéis começaram a ter seus contratos com a Prefeitura encerrados e os moradores foram transferidos para outros locais, sendo que alguns acabaram retornando para as ruas.

De acordo com a Iniciativa Negra²⁷ - que analisou os instrumentos jurídicos de criação dos programas, bem como o plano de metas -, enquanto “**para o DBA**, o que é definido como problema está relacionado a **questões de saúde, dignidade e cidadania**, além de extrema pobreza na cidade de São Paulo”, partindo-se “do resgate social de usuários de drogas por meio de trabalho remunerado, alimentação e moradia digna, com orientação de intervenção não violenta.”, **para o Redenção**, “o que é lido pela gestão governamental enquanto problema é focado no uso abusivo de substâncias psicoativas, e relacionado a **questões de ordem social, saúde e segurança pública**”.

A retirada da “dignidade” e “cidadania” e a inserção da “segurança pública” como motes definidores da atuação do Poder Público, demonstram a virada de visão da gestão da Prefeitura com a saída do governo petista para o tucano.

Não à toa, logo nos primeiros meses de gestão de João Dória (maio de 2017), houve uma operação conjunta entre o governador do Estado de São Paulo à época era Geraldo Alckimin e, logo em maio de 2017, houve uma megaoperação da Polícia Militar de São Paulo na Cracolândia, em conjunto com a GCM e polícia civil. Após tal operação, que buscou apreender drogas, armas e dissipar o fluxo, Dória disse que “a Cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais. Nem a Prefeitura permitirá, nem o governo do Estado. Essa área será liberada de qualquer circunstância como essa. A partir de hoje, isso é passado. Vamos colocar câmeras de monitoramento”²⁸.

Em 2018, quando João Dória deixou a Prefeitura de São Paulo para concorrer ao Governo do Estado de São Paulo, Bruno Covas, então vice-prefeito, assumiu em seu lugar e continuou a estratégia de seu antecessor por meio do programa Redenção, focando em medidas de saúde como internação médica e ação policial. Segundo ele em promessa de campanha, “a Saúde oferta tratamento individualizado, determinado pelo médico, além de uma ação de segurança pública com a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Precisamos enfrentar o tráfico naquela região”²⁹.

²⁶ SILVA, Elizângela de Freitas. Do “De Braços Aberto” ao “Redenção”: um caminho percorrido e uma história a contar. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62582>. Acesso em: 21/08/2023.

²⁷ INICIATIVA NEGRA. “Racismo e a Gestão Pública das Políticas de Drogas na Cracolândia”. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/publicacao/racismo-e-a-gestao-publica-custo-das-politicas-de-drogas-na-cracolandia/>. Acesso em: 20/08/2023.

²⁸ G1. “Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Doria diz que Cracolândia ‘acabou’”. Disponível: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em: 28/08/2023.

²⁹ G1. “Covid-19, Cracolândia e habitação: o que Covas prometeu para estes temas”. Disponível: <https://exame.com/brasil/covid-19-cracolandia-e-habitacao-o-que-covas-prometeu-para-estes-temas/>. Acesso em: 28/08/2023

A mesma linha de atuação continuou com Ricardo Nunes, então vice-prefeito de Bruno Covas, que assumiu diante do falecimento deste.

No que tange à política de trabalho, vê-se que o Programa Redenção permaneceu oferecendo vagas de trabalho para os dependentes da região da Cracolândia. Segundo a gestão Ricardo Nunes, “já são mais de 300 beneficiários do programa que foram inseridos no mercado de trabalho, resultado da capacidade de reinserção profissional do Programa Operação Trabalho (POT Redenção)”.

Aqui, cabe pontuar que Ricardo Nunes constantemente chama o programa De Braços Abertos de “bolsa crack”³⁰, mas se vangloria de um programa de oferecimento de trabalho a usuários de drogas que seguiu os passos da gestão Haddad, demonstrando, mais uma vez, que quando se trata de Cracolândia, sua única preocupação é a disputa de narrativa eleitoral, não importando a veracidade das informações propagadas.

Em relação à moradia, dos oito hotéis que existiam no início do DBA, apenas três permanecem ativos no Programa Redenção, e dois destes foram transformados em **Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica – SIAT, sendo que este possui as seguintes diferenças em relação aos hotéis sociais do DBA**, de acordo com SILVA:

“Nos SIATS, as pessoas podem morar no equipamento, porém, há algumas distinções com os antigos hotéis do DBA. Nota-se uma distinção pelo consumo de drogas, **pois nos hotéis, assim como nos SIATS, não era permitido fazer uso de droga ilícita dentro do quarto. No entanto, caso alguém fosse visto fazendo uso, a postura dos técnicos era de conversar e entender o porquê o uso ali dentro. Mas nos SIATS, se isso ocorrer, a pessoa não pode mais permanecer no espaço.** Outra diferença é que os quartos do SIAT nem sempre são compostos pelos mesmos hóspedes devido a rotatividade que há no local. As pessoas que acabaram de chegar, ainda não são consideradas fixas, **apenas após quinze dias passam a ter uma cama e um quarto estável.** Enquanto isso, eles ficam nos dormitórios, que são reservados para quem acabou de chegar, e com o passar dos dias são encaminhados para os fixos. A questão da documentação também é distinta entre um programa e outro. No DBA não era um pré-requisito possuir documentação, e caso o beneficiário não tivesse, a equipe da assistência social iria auxiliá-lo com essa questão. **No Redenção, o convivente precisa possuir seus documentos antes da entrada,** visto que a equipe usa um sistema integrado entre os equipamentos que atendem a população vulnerável. Na chegada dessa pessoa ao SIAT, o técnico insere os dados no sistema e consegue visualizar quais equipamentos a pessoa percorreu anteriormente. Caso não tenha documentação, é encaminhado à equipe responsável por fazer isso. Nos hotéis

³⁰ G1. “Prefeito de SP diz que população confunde 'qualquer advento da cidade' com a Cracolândia”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/29/prefeito-de-sp-diz-que-populacao-confunde-qualquer-advento-da-cidade-com-a-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 27/08/2023.

do DBA havia alguns moradores que tinham animal de estimação, cachorro ou gato. No Ribeiro I, por exemplo, o casal José e Maria tinham um cachorro, o Dedé, que todos os dias saía para a rua realizar o seu passeio matinal, em alguns dias também passava um período na sala dos técnicos. Neia, uma outra moradora que vivia nesse mesmo hotel com seu filho, possuía dois gatos, estes, eventualmente, também apareciam na janela da sala dos técnicos. **Já nos SIATS, não é permitido que os animais de estimação permaneçam no local.**”

A ausência de qualquer tolerância com o usuário que ainda está em tratamento, a exigência de documentação para ter acesso ao aparelho público, bem como a falta de consideração acerca da individualidade do convivente que, como qualquer outro, pode vir a ter um animal de estimação, são exemplos de como a gestão dos serviços públicos feita pela Gestão Covas/Nunes se vê como um mero prestador de serviço e não como a responsável por lidar com problemas sociais complexos e que exigem respeito aos direitos humanos.

Também foi apresentado pelo Governador Tarcísio de Freitas em conjunto com Ricardo Nunes o Programa Reencontro, visando, entre as ações, a recuperação da Cracolândia por meio da promessa de expansão de unidades de assistência aos usuários de substâncias psicoativas, mas com especial foco na internação, prevendo a abertura de 264 leitos para desintoxicação em hospitais e mil vagas de internação em comunidades terapêuticas³¹.

Contudo, segundo Amanda Amparo, doutoranda no departamento de Antropologia Social da USP e especialista sobre a questão, "não temos resultados do ponto de vista prático, aqui mesmo no território da Cracolândia, onde essa prática já é adotada desde 2020. A internação não era compulsória, do ponto de vista jurídico, mas a oferta era de internação com encaminhamento forçado, o que não teve resposta. O Caps Redenção, que atende a região e foi mobilizado através da Operação Caronte, não mostra qualquer retorno positivo sobre esse método, assim como a UPA Vergueiro e o Hospital Cantareira"³².

No mesmo sentido, o já citado relatório da DPE apontou que não tem sido informado em Delegacia aos usuários detidos que o tratamento hospitalar é opcional e não obrigatório. Ainda, há denúncia de prescrição de medicamentos em excesso, com importantes efeitos colaterais. Veja-se:

“Observe-se que a Secretaria Municipal de Saúde associa a detenção realizada na carceragem da Delegacia com suposto “acolhimento” e chancela o fluxo de encaminhamento estabelecido entre polícia e os equipamentos de saúde, sem

³¹ BRASIL DE FATO. “Plano de Tarcísio e Nunes para a Cracolândia insiste em polícia e internação”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/05/plano-de-tarcisio-e-nunes-para-a-cracolandia-insiste-em-policia-e-internacao>. Acesso em: 27/08/2023.

³² BRASIL DE FATO. “Plano de Tarcísio e Nunes para a Cracolândia insiste em polícia e internação”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/05/plano-de-tarcisio-e-nunes-para-a-cracolandia-insiste-em-policia-e-internacao>. Acesso em: 27/08/2023.

problematizar a impossibilidade de garantir que seja estabelecido no ambiente policial e da carceragem uma política de conscientização baseada no consentimento livre e esclarecido do/a usuário/a. (...) O relato de E. denuncia ainda a **prescrição excessiva de medicamentos, com importantes efeitos colaterais**. Ao invés de priorizar o cuidado, modelos anteriores são repetidos e se adota uma prática punitiva relacionada ao uso de drogas. (...) Tal conclusão foi corroborada por agente psicóloga da Defensoria Pública que realizou visita técnica no Hospital Cantareira. Segundo a profissional do Centro do Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública, **o fato do cuidado de saúde ter seu início em Delegacia de Polícia confere uma carga de obrigatoriedade em aceitar o ofertado (internação hospitalar), em detrimento de outros modos de cuidados em saúde previstos como preferenciais, em equipamentos abertos à comunidade**. (...) Ademais, apesar da Prefeitura indicar a voluntariedade e diversidade das intervenções de saúde, a internação em hospital psiquiátrico aparece no discurso de pessoas ouvidas pela Defensoria Pública do Estado como a única possibilidade de tratamento de saúde adotada durante a Operação Caronte. Segundo uma das pessoas internadas no Hospital Cantareira para o tratamento e ouvidas pela Defensoria, **teria sido ofertada apenas uma opção de encaminhamento**”

No que tange às comunidades terapêuticas, é sabido que estes locais de “tratamento” utilizam o isolamento social; adotam rotina rígida de afazeres, disciplina e, muito frequentemente, de trabalho e participação em práticas espirituais forçados; entre outras violações de direitos humanos³³.

Ainda, elencam-se outras inúmeras irregularidades apontadas no Relatório da Inspeção Nacional de Comunidades Terapêuticas de 2017³⁴:

- a) Internações compulsórias (determinada judicialmente) sem que o usuário de drogas tenha cometido algum crime, como exige a Lei Penal;
- b) Condução violenta pela Polícia para internação;
- c) Descumprimento das condições necessárias para internações involuntárias (laudo médico circunstanciado na data da internação e comunicação em 72 horas ao Ministério Público), aliado à obrigatoriedade de permanência na instituição contra a vontade do interno, o que pode configurar crime de cárcere privado qualificado, tipificado no art. 148 do Código Penal;
- d) Conversão de internações voluntárias em involuntárias, face à imposição de obstáculos e dificuldades para a saída (multa em caso de quebra de contrato, retenção de documentos, pressão sobre familiares, entre outras);

³³Documento técnico da Consultoria Técnica-Legislativa da Câmara Municipal de São Paulo acerca do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania sobre a região conhecida como Cracolândia. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b1xlxvm-f1i90B8afg94Sd71rojuODSa/view?usp=drive_link.

³⁴ Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasa DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatório-da-Inspeção-Nacional-em-Comunidades-Terapêuticas.pdf>. Acesso em: 22/08/2023

- e) Isolamento do internado ao conjunto de instrumentos públicos de atenção a usuários de álcool e outras drogas;
- f) Violação da norma que define o período máximo de nove meses de internação em comunidades terapêuticas (Portaria MS/GM nº 3.088/2011, art. 9º);
- g) Ausência de registros individuais (prontuários médicos) dos residentes ou de seu preenchimento sistemático;
- h) Escassez de profissionais para a oferta de assistência integral, com raros profissionais com formação específica na área de atenção a usuários de álcool e outras drogas ou de saúde;
- i) Contenção física, mecânica ou química de forma discricionária, sem protocolo institucional regulamentador;
- j) Restrição à circulação das pessoas por meio de cercas altas e/ou eletrificadas, câmeras de vigilância, e trancamento dos internos à noite, sem dispositivo de comunicação para emergências;

Diante de tais denúncias, não surpreende o fato de usuários apresentarem rejeição ao tratamento, e, muitas vezes, voltando ao uso de drogas após a saída da comunidade terapêutica.

O que se vê é que: assim como as prisões são utilizadas para isolar a população pobre e preta, a lógica manicomial das comunidades terapêuticas atua como forma de excluir cidadão indesejados pelo Estado.

Além disso, as gestões de direita voltaram a adotar políticas de repressão policial em relação aos usuários, visando desconcentrar - e fazer circular - as pessoas mais estabilizadas no território, bem como fornecer resposta “rápida” e “aparente” às demandas da população, mas sem se preocupar com os resultados, apenas com a narrativa política.

A dispersão, inclusive, é o propósito da operação Caronte, segundo fala do próprio Delegado da 77ª Delegacia à época no Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Cracolândia, realizado nesta Casa. Segundo Severino Pereira de Vasconcelos, a Operação Caronte age com a estratégia de guerra que “**dividir para conquistar**, pois com núcleos menores de concentração de usuários, as forças policiais de área constituem-se assim, a condição de agir para prender os traficantes e coibir as cenas de uso”³⁵.

Por que as políticas do Redenção não obtêm êxitos?

A repressão policial - além de violar direitos humanos - **provoca a dispersão dos usuários e acaba dificultando o trabalho de assistentes sociais e agentes de saúde que trabalham no local,**

³⁵COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Relatório Parcial GTI “Cracolândia”. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Parcial-GTI-Craco-4-reunioes.pdf>. Acesso em: 20/08/2023

pois interrompe os trabalhos das equipes, deixando os usuários ainda mais distantes das políticas públicas que poderiam garantir sua saída da situação de vulnerabilidade.

Exemplo disso é que, em 2022, após ter sido realizada a operação policial na Praça Princesa Isabel em 2022 - onde estava situada a Cracolândia naquele momento -, tendo sido evacuados os usuários de drogas e apreendidos entorpecentes, **os usuários se esparramaram pelas ruas do centro de São Paulo, principalmente nas do Campos Elíseos, causando a situação que temos hoje do fluxo em meio a ruas residenciais e comerciais.**



Apesar do agravamento do problema gerado pelas constantes ações policiais de dissipação do fluxo da Cracolândia, Ricardo Nunes divulga como um feito positivo de sua gestão o esvaziamento de certas ruas³⁶, demonstrando sua intenção eleitoreira. Veja-se:

³⁶ PREFEITURA DE SÃO PAULO. "Programa Redenção completa quatro anos com mil vagas destinadas a dependentes da Cracolândia". Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=129432>. Acesso em: 27/08/2023.

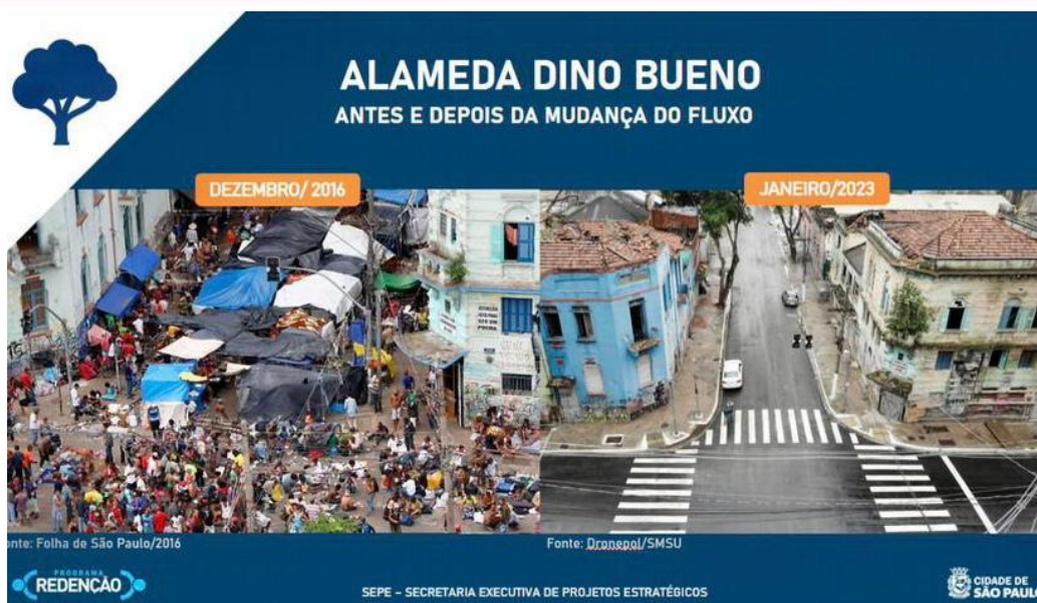


Imagem divulgada pelo site da Prefeitura de São Paulo

Vale ressaltar que, conforme observado no primeiro tópico, não houve redução do número de pessoas na Cracolândia após a referida ação policial na Praça Princesa Isabel, tendo se mantido entre 1.000 e 2.000 pessoas, porém, pulverizado pelas ruas da região.

A Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, ainda, utilizam-se do pretexto de que as operações policiais no local buscam apreender drogas e prender traficantes, mas é sabido que quem realiza a venda de drogas na Cracolândia não são grandes traficantes, responsáveis pelo crime organizado, e sim vendedores designados por este. Ao serem presos, esses vendedores são substituídos por outros e a estrutura do crime organizado continua intacta.

Outro ponto que mostra a ineficácia dos instrumentos utilizados pelos governos de direita é que: segundo o já citado relatório da DPE, **90% das prisões em massa em 2022 na Cracolândia foram consideradas ilegais pela Justiça e arquivadas**, de modo que as pessoas que foram presas voltaram rapidamente às ruas. Um dos motivos é que muitos dos presos eram apenas usuários (lembrando que a legislação sequer prevê pena de restrição de liberdade para o crime de posse de drogas para uso próprio) e que sequer estavam com drogas sob sua posse, como nos casos em que é apenas apreendido o cachimbo, motivo pelo qual a Operação Caronte passou a ser chamada de “Operação Cachimbo”

Ademais, a DPE apontou em seu relatório que o discurso de que a detenção seria uma das etapas para o encaminhamento de usuários e usuárias para o tratamento de saúde não condiz com a realidade. Segundo a DPE, há inconsistências nas informações disponibilizadas sobre o encaminhamento aos serviços de saúde, visto que os números alegados pela 77ª Delegacia de Polícia de encaminhamento às unidades de saúde não correspondem aos números de entradas nestas.

Além disso, **os dados obtidos relacionados às internações apontam que o tempo médio de permanência no serviço foi de apenas 3 dias³⁷**, dado este que demonstra a falibilidade dos tratamentos que apostam suas fichas na abstinência.

Por fim, os especialistas entendem que um dos motivos para a Cracolândia existir é a especulação imobiliária da região. O Centro de SP é um local visado, dada sua localização estratégica e, há estudos que indicam que as alterações de fluxo da Cracolândia geram uma dinâmica de desvalorização/valorização da área.

Para onde vai a Cracolândia os imóveis se desvalorizam e, após sua saída do território, os imóveis são valorizados. Assim, o mercado imobiliário acaba se beneficiando.

Essa constatação está em artigo do LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo³⁸. Veja-se:

“Movimento que foi retomado em 2017 pelo então prefeito João Doria, quando um casarão chegou a vir abaixo com pessoas dentro. Esses imóveis que serviam de moradia, muitas vezes precária, para a população pobre no centro da cidade foram, em parte substituídos por grandes torres de apartamentos viabilizados a partir de uma Parceria Público-Privada que não atendeu os moradores expulsos do local. As desapropriações de comerciantes a proprietários que viviam há muitos anos no local foram facilitadas a partir do discurso da “revitalização”. Hoje estamos observando o mesmo movimento: no raio de atuação da Operação Caronte, bares e comércios são fechados e lacrados com a justificativa da irregularidade, a mesma que marca a maior parte dos bares e comércios da cidade, mas aqui estão no perímetro “mercado para morrer”. Parte dos locais onde transitam as novas concentrações da Cracolândia são pontos com características parecidas: pessoas que vivem em moradias precárias e coletivas de aluguel, como as pensões, famílias de renda média baixa; imóveis pouco verticalizados; presença de comércio popular. **A chegada dos fragmentos da Cracolândia a esses locais tende a sufocar rapidamente os pequenos comerciantes e expulsar os moradores. Ficam para trás, os imóveis vazios e as famílias em habitações mais precárias ainda. Os grandes empreendedores imobiliários ganham a oportunidade de adquirir áreas com preços artificialmente baixos e o Poder Público consegue**

³⁷ DPE. “Operação Cachimbo: Relatório das detenções em massa realizadas na Cracolândia” Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/b559c1be-dbc2-fa0b-0da5-b2392762725a>. Acesso em: 20/08/2023

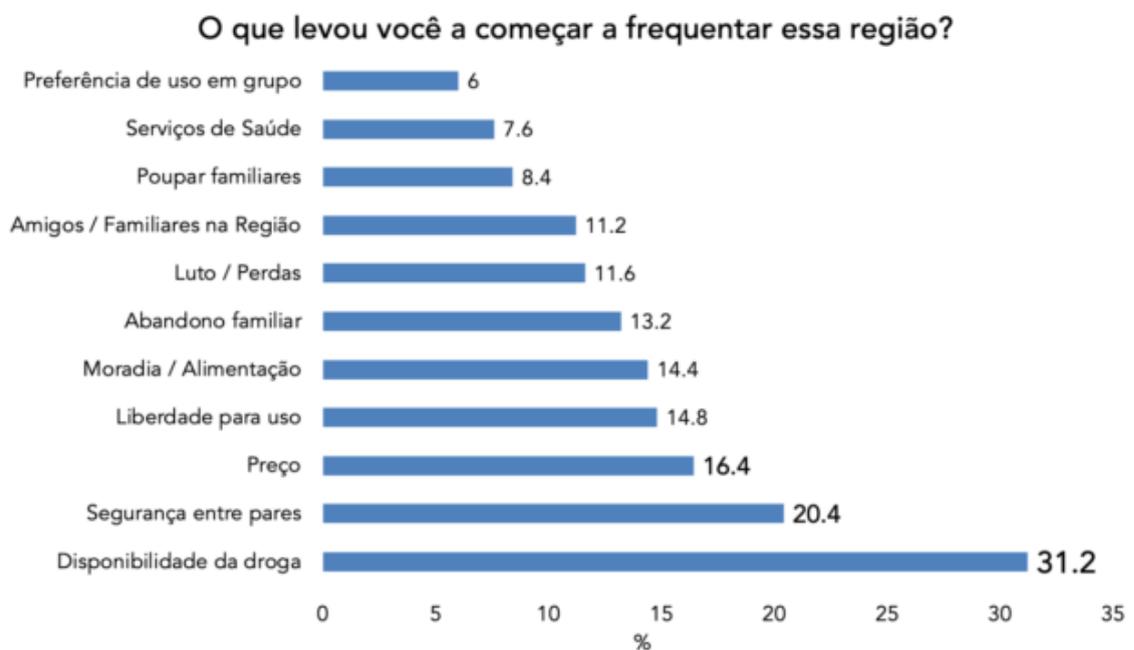
³⁸ LABCIDADE. “A Cracolândia não diminuiu, só se espalhou”. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/aco-es-violentas-do-poder-publico-multiplicam-cracolandias-pelo-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 20/08/2023.

aprovação popular para intervenções urbanas que dificilmente seriam legitimadas em outras situações.”

Ao focar em políticas de revitalização do centro, como o Programa “Cidade Linda” e o atuais projetos legislativos do Executivo encaminhados à Câmara (por exemplo, o PL nº 332/2023 e a Revisão do Plano Diretor aprovada no primeiro semestre de 2023), as gestões de direita demonstram seu interesse econômico na região e seu alinhamento com o mercado imobiliário. Sem falar nas ações de reintegração de posse movidas pela Prefeitura frente às ocupações que têm jogado famílias nas ruas.

Locais de Uso Supervisionado: uma saída para a Cracolândia?

Em relação ao uso assistido de drogas, por mais difícil que seja o discurso de redução de danos atualmente no Brasil devido à desinformação e ao preconceito, programas como o de uso supervisionado fariam sentido na nossa realidade, visto que, segundo a pesquisa acima citada realizada pelo IBCCRIM, os principais motivos apontados pelos usuários da Cracolândia que os levam a frequentar a região são: disponibilidade da droga (31,2%), segurança de uso entre os pares (20,4%), preço (16,4%) e liberdade para uso (14,8%).



Ou seja, locais de uso assistido forneceriam o que os usuários procuram na Cracolândia, desmontando, portanto, o seu propósito de existir.

Vale pontuar que a atual Secretária de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura, Soninha Francine, defendeu recentemente o uso supervisionado de drogas como medida para lidar com a situação³⁹, demonstrando, portanto, que tal debate não está tão distante como imaginamos.

São Paulo

Cracolândia: secretária de Nunes defende “uso supervisionado” de drogas

Secretária Municipal de Direitos Humanos, Soninha Francine defende a adoção de políticas de redução de danos na região da Cracolândia

Juliana Arreguy

18/07/2023 02:30, atualizado 18/07/2023 15:58

Compartilhar notícia



Lembrando que o uso supervisionado já é adotado por outros países (Suíça, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Canadá, Austrália e França)⁴⁰.

Segundo reportagem da BBC, a Dinamarca abriu sua primeira ‘sala de shoot’ em 2012” e, para Rasmus Koberg Christiansen, gerente da Skyen (nome dado ao local), a sala de uso supervisionado não incentiva o uso de drogas, pelo contrário, nas suas palavras: “a situação daqui, antes de termos salas de consumo de drogas, era que todos os usuários sentavam nas ruas e se injetavam em público”, “depois que abrimos esse lugar, cerca de 90% do uso de drogas em espaço aberto acabou.”

³⁹ ARREGUY, Juliana. Cracolândia: secretária de Nunes defende “uso supervisionado” de drogas”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/cracolandia-secretaria-de-nunes-defende-uso-supervisionado-de-drogas>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴⁰ TALWAR, Divya. “As salas onde dependentes são livres para tomar as drogas que quiserem”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38562639>. Acesso em: 27/08/2023.



Sala de uso assistido na Dinamarca

No caso da Suíça, as salas de uso supervisionado também fizeram parte de uma estratégia para acabar com cenas de uso aberto de drogas e, após implementada, tal estratégia foi submetida a plebiscito popular, sendo aprovada como política oficial de combate às drogas no país.

Veja-se o relato produzido pela consultoria-técnico legislativa da Câmara Municipal de São Paulo sobre a experiência da Suíça⁴¹:

“Quando a ex-presidente da Suíça Ruth Dreifuss se tornou ministra da Saúde, no início da década de 1990, passou a dar atenção a profissionais de saúde reformistas que propunham uma nova abordagem. Em 1991, o governo suíço elaborou uma nova política nacional que combinava ações de combate à criminalidade e uma abordagem de saúde pública para os dependentes — ficou conhecida como "estratégia dos quatro pilares". Um dos pilares era a aplicação da lei anticomércio e tráfico, mas os outros três — prevenção, redução de danos e tratamento — se baseavam em tratar os usuários de drogas de forma mais humana. Um dos elementos mais controversos do plano era testar o que ficou conhecido como tratamento assistido com heroína (HAT). **Consistia em oferecer aos dependentes heroína pura sob prescrição médica, a ser injetada com segurança em clínicas especializadas. Desta forma, eles parariam de comprar drogas contaminadas no mercado clandestino.** A primeira clínica do tipo foi inaugurada na Suíça em 1994. Os pacientes precisavam preencher critérios rigorosos, como não ter respondido a outros tratamentos. Além da terapia, eles também recebiam ajuda com emprego e moradia. Graças aos testes do tratamento assistido com heroína e a outros programas — como a ampliação do uso de metadona (usada na desintoxicação de heroína) —, o número de overdoses fatais no país caiu pela metade entre 1991 e 2010. Ao mesmo tempo, as infecções por HIV foram reduzidas em 65%.

⁴¹ Documento técnico da Consultoria Técnica-Legislativa da Câmara Municipal de São Paulo acerca do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania sobre a região conhecida como Cracolândia. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b1xlxvm-f1i90B8afq94Sd71rojuODSa/view?usp=drive_link.



e a quantidade de novos usuários de heroína caiu 80%. Já, o número de novos dependentes em Zurique passou de 850 em 1990 para 150 em 2005. **Em 2008, a Suíça realizou um referendo nacional em que 68% da população votou pela incorporação permanente da política dos quatro pilares à lei federal.**”

Diante das experiências exitosas em outros países, bem como a experiência do programa De Braços Abertos, que demonstrou que a abordagem da redução de danos se mostra a mais eficiente e humana diante do grave problema das cenas de uso aberto de drogas nas grandes cidades, avalia-se que seria conveniente o estudo da possibilidade de existir locais de uso supervisionado adaptado à realidade da Cidade de São Paulo.